

HOMONÍMIA, POLISSEMIA, VAGUEZA: UM ESTUDO DE CASO EM SEMÂNTICA LEXICAL COGNITIVA¹

Diogo Pinheiro (UFFS)*

RESUMO: Este trabalho discute os resultados de uma investigação empírica em semântica lexical cognitiva, na qual se procurou avaliar a percepção de 79 falantes nativos acerca da semântica do verbo *ter* pleno do português brasileiro. Tais resultados permitiram a construção de uma *rede esquemática* que organiza, de maneira empiricamente fundamentada, os diversos sentidos/ usos do *ter* pleno. A partir dessa rede, pudemos identificar cinco fatores que conduzem à percepção de proximidade ou afastamento semântico entre duas acepções associadas a uma mesma forma fonológica.

PALAVRAS-CHAVE: Verbo *ter*. Homonímia. Polissemia. Vagueza. Rede Esquemática.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Tradicionalmente, entende-se que a multiplicidade semântica – expressão que passaremos a empregar para fazer referência à existência de mais de um sentido/uso associado a uma mesma forma fonológica – pode se materializar sob a forma de três fenômenos distintos: homonímia, polissemia e vagueza (ou indeterminação)². Em tese, não há qualquer dificuldade para diferenciar essas três situações; sabe-se, no entanto, que a efetiva operacionalização desses conceitos tem-se revelado um problema quase incontornável (CROFT, 1998; CROFT; CRUSE, 2004; GRIES, 2006; SOARES DA SILVA, 2006; TAYLOR, 2006; GEERAERTS, 2006 e 2010).

Um dos caminhos já propostos na literatura para superar essa dificuldade é o modelo desenvolvido por Tuggy (1993; 2003). Fundamentado na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987 e 1991), esse modelo permite representar o grau de proximidade semântica entre os diversos conceitos associados a uma mesma forma fonológica. Aqui, porém, argumentamos que sua adoção só será verdadeiramente

* Professor Assistente do Curso de Letras da Universidade Federal da Fronteira, Chapecó, Santa Catarina.
E-mail: dorpinheiro@gmail.com

1. Agradecemos aos pareceristas anônimos sugestões valiosas.

2. Falaremos em “sentido/uso” sempre que quisermos fazer referência à *multiplicidade semântica* de um modo geral. No caso da polissemia, costuma-se falar em diferentes *sentidos*; quando se trata de vagueza, fala-se em diferentes *usos*. Por isso, sempre que desejarmos recobrir todo o espectro da multiplicidade semântica (de modo a abranger simultaneamente a polissemia, a homonímia e a vagueza), falaremos, de forma propositalmente inespecífica, em “sentido/uso”.

eficaz se vier acompanhada do reconhecimento de que *a multiplicidade semântica é um problema empírico, e não teórico*. Essa posição, defendida pioneiramente por Sandra e Rice (1995), demanda que a rede esquemática de significados seja construída com base na percepção dos falantes, e não meramente a partir da introspecção do analista.

A fim de demonstrar as possibilidades desta abordagem, procedemos neste artigo a um mapeamento da multiplicidade semântica do verbo *ter* pleno (não-auxiliar e não-modal) do português brasileiro (PB). Em parte devido à miríade de significados que recobre, em parte por conta da conhecida sobreposição entre os domínios de posse, locação e existência (FREEZE, 1992; HEINE, 1997; LANGACKER, 2004), o verbo *ter* tem motivado uma produção vasta e intrigante (FRANCHI; NEGRÃO; VIOTTI, 1998; VIOTTI, 2003; AVELAR, 2009). Neste trabalho, buscamos verificar de que maneira suas diversas acepções são reconhecidas pelos falantes nativos. Para isso, elaboramos um inquérito destinado a avaliar a distância conceptual percebida entre seus diversos usos/sentidos³. No total, foram realizados 79 testes, cujos resultados, interpretados à luz do modelo de Tuggy, nos permitiram montar uma rede esquemática empiricamente fundamentada organizando os usos e sentidos do *ter* pleno no português brasileiro.

2. UMA FORMA, MUITOS SENTIDOS: PUXANDO O SIGNIFICADO PARA BAIXO E PARA CIMA

Determinar o número de sentidos de uma palavra equivale, tradicionalmente, a fazer uma escolha entre as categorias de polissemia e vagueza. Postular que um verbo como *abrir* conta com um único significado bastante geral – algo, talvez, como “desobstruir passagem” – corresponde a apostar no conceito de vagueza. Por outro lado, a assunção de que usos como “abrir o pote”, “abrir a porta” e “abrir um livro” exemplificam sentidos diferentes, ainda que relacionados, equivale a uma aposta na ideia de polissemia. A tensão entre essas duas alternativas, que comparece sistematicamente no estudo da multiplicidade semântica, corresponde ao que Soares da Silva (2006, cap. 2) chama de “puxar o significado para cima ou para baixo”. “Puxar o significado para cima” é a opção das abordagens monossemistas (ou abstracionistas): equivale a investir no conceito de vagueza e perseguir a formulação de um único sentido esquemático. “Puxá-lo para baixo”, por outro lado, equivale a investir na ideia de polissemia e privilegiar, portanto, a multiplicidade de usos concretos.

Historicamente, o conceito de vagueza tem recebido acolhida especialmente calorosa nas semânticas de inspiração formalista (cf. SOARES DA SILVA, 2006). Seus atrativos são inegáveis: preservar o ideal de biunivocidade entre forma e sentido e, sobretudo, conduzir a uma descrição maximamente econômica. A vagueza oferece, assim, a tentadora possibilidade de traduzir, no território específico da semântica lexical, o ideal platônico-formalista de abstração das contingências do uso.

Um exemplo paradigmático desse tipo de abordagem é Viotti (2003). Debruçando-se, assim como este estudo, sobre o *ter* pleno do PB, a autora conclui que se trata de um verbo “totalmente sub-especificado” (p. 235), com estrutura de evento “em si vazia de conteúdo semântico” (p. 238). Essa semântica inerentemente vaga seria, então, “especificada por composicionalidade, mais precisamente pela especificação de sua estrutura *qualia* pela estrutura *qualia* de outros constituintes” (p. 238).

3. O inquérito segue, em linhas gerais, o formato do teste realizado por Soares da Silva (2006, cap. 6). Mais detalhes podem ser vistos na seção 4.

Esse artifício revela, com efeito, a tendência que irmana as diversas encarnações da abordagem monossêmica: trata-se da decisão de limitar a riqueza do léxico e transferir para alguma modalidade de “contexto” (às vezes materializado sob a forma de co-texto) a tarefa de explicar a multiplicidade semântica verificável nos usos concretos.

Como lembra Taylor (2006), porém, esse tipo de abordagem enfrenta um grande desafio: trata-se de obter uma formulação suficientemente geral para dar conta de todos os usos associados a uma palavra e suficientemente específica para não invadir o terreno conceptual de palavras semanticamente próximas. O autor evidencia essa dificuldade ao analisar a hipótese de Searle (1983) de que a semântica do verbo *open* poderia ser apreendida em bases monossêmicas. Taylor (2006) argumenta convincentemente que formulações na linha de “ganhar acesso ao interior de uma entidade” ou “criar um espaço em uma entidade por meio da separação de suas partes” não resolveriam o problema – a primeira contemplaria indevidamente atos como descascar uma laranja; a segunda abrangeria um verbo como *cut*, em alguns de seus usos⁴.

A alternativa diametralmente contrária é aquela que tem sido perseguida pelos praticantes da Linguística Cognitiva (LC): trata-se de privilegiar decididamente a polissemia, em um movimento na direção dos usos concretos. Diversas razões, mais ou menos explícitas, motivam essa opção. Em primeiro lugar, ela é coerente com a rejeição à distinção tradicional entre semântica e pragmática, ou entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico. Além disso, é tributária da redescoberta de processos conceptuais como a metáfora e a metonímia (que serviriam à expansão do léxico) e das pesquisas sobre os mecanismos de categorização prototípica (cujas origens remontam às pesquisas de Eleanor Rosch na década de 70; ver, por exemplo, ROSCH, 1973). É nesse cenário que, a partir da década de 80, a LC passa a testemunhar uma profusão de estudos que se socorrem das *redes radiais* para investigar o fenômeno polissêmico.

Não tardou, contudo, para que essa abordagem fosse posta sob ataque. Para Sandra e Rice (1995), o modelo das redes radiais se ressentia da ausência de um procedimento metodológico explícito capaz de conter a “proliferação descontrolada de distinções” (p. 91). O risco é o de que essa situação de “vagueza metodológica” (SANDRA; RICE, 1995, p. 90) conduza a uma “polissemia desenfreada” (CUYCKENS; ZAWADA, 2001). Um dos problemas causados por essa situação, e levantado inicialmente por Sandra e Rice (1995), diz respeito à realidade psicológica: como ter certeza de que o falante de fato armazena e/ou reconhece todas as representações conceptuais postuladas nas redes radiais? Em outras palavras, como saber se as redes propostas refletem efetivamente o conhecimento do falante, ou se apenas traduzem a capacidade de observação do analista?

Essas questões recolocam, ao fim e ao cabo, o problema central do tratamento da multiplicidade semântica: como determinar o grau ótimo de generalidade/especificidade na descrição do significado de uma palavra? Em virtude dos problemas verificados tanto com a abordagem abstracionista (que puxa o significado excessivamente “para cima”) quanto com a abordagem das redes radiais (que exagera no movimento “para baixo”), uma saída possível é aquela referida por Taylor (2006) como “going both ways”: trata-se de representar tanto os significados mais gerais quanto as acepções específicas.

4. Essa crítica, de certa forma, é a imagem invertida da famosa observação de Wittgenstein (2003, p. 53) acerca da palavra *jogo*: “Assim, provavelmente não há nenhuma característica comum a todas as coisas que chamamos jogos. Mas tampouco pode-se dizer que ‘jogo’ tem apenas vários significados independentes (um tanto como a palavra ‘banco’). O que chamamos ‘jogos’ são processos inter-relacionados de muitas maneiras, com muitas transições diferentes entre um e outro.” (WITTGENSTEIN, 2003, p. 53).

Claramente, esta é a idéia por trás do modelo de Tuggy (1993, 2003). O autor assume que homonímia, polissemia e vagueza não constituem categorias estanques; antes, equivalem a pontos em um *continuum* de proximidade/afastamento semântico cujos extremos corresponderiam, de um lado, à situação na qual dois sentidos associados à mesma forma não guardam qualquer relação semântica (homonímia) e, de outro, à situação em que duas acepções são tomadas como mínimas variações contextuais de um único sentido (vagueza). O que se verifica, portanto, é que um determinado conjunto de acepções pode se localizar em qualquer ponto de uma escala que vai da completa ausência de vinculação semântica até a identidade entre os sentidos.

Esta não é, porém, a inovação fundamental de Tuggy⁵. Sua característica marcante consiste em abordar a multiplicidade semântica a partir da noção de rede esquemática (LANGACKER, 1987 e 1991). Na Gramática Cognitiva, *esquema* é o nome dado a tudo que há em comum entre duas ou mais estruturas cognitivas; tais estruturas, por sua vez, serão as *elaborações* do esquema. O *insight* crucial de Tuggy consiste na ideia de que os diferentes pontos do *continuum* resultam de uma alternância de foco: quanto maior o foco sobre o esquema, mais próximo se está do pólo da vagueza; inversamente, quanto maior o foco sobre as elaborações, mais próximo se está do pólo da homonímia. Eis como o autor representa diagramaticamente essa idéia:

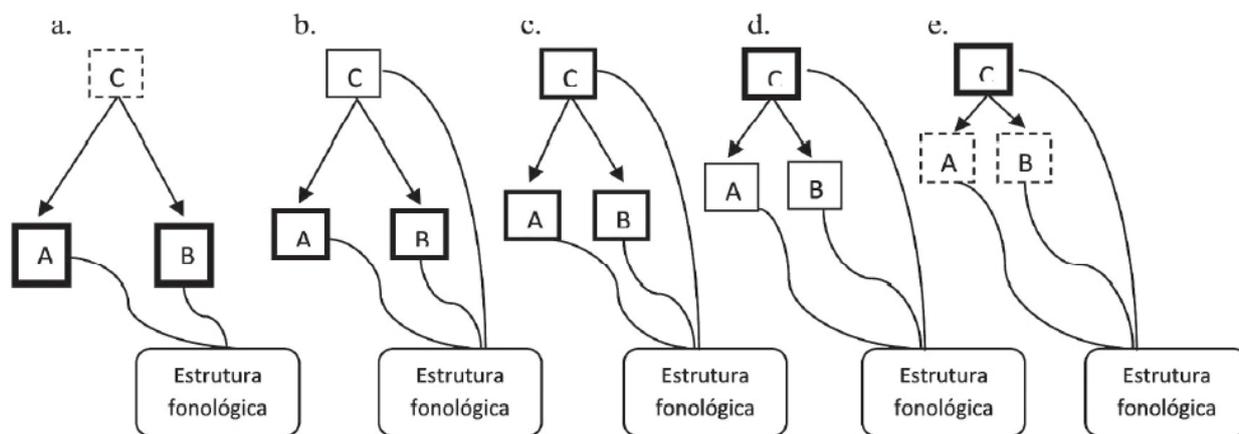


Figura 1: o *continuum* homonímia-polissemia-vagueza, segundo Tuggy (1993)

No diagrama acima, a letra C corresponde ao esquema, ao passo que A e B são suas elaborações. O extremo esquerdo, item *a*, representa a homonímia absoluta; o extremo direito, item *e*, representa a vagueza absoluta.

Da esquerda para a direita, a distância vertical entre C (de um lado) e A e B (de outro) vai se tornando menor, indicando a progressiva aproximação semântica entre as elaborações e seu esquema respectivo. Assim, um caso como *manga* recairia em *a*, já que suas acepções *tipo de fruta* e *parte da camisa* estão semanticamente muito distantes de qualquer possível esquema comum (que deverá ser algo tão inespecífico quanto *coisa* ou *entidade*). No extremo oposto, o caso da palavra *tia* – que pode ser usada para designar tanto a *irmã do pai* quanto a *irmã da mãe* – ilustra a situação representada em *e*, já que ambos os usos estão conceitualmente muito próximos de um esquema comum (*irmã dos pais*). Por fim, uma palavra como *aliança* – com suas acepções *anel de noivado/casamento* e *ato de aliar-se* – recai em algum ponto intermediário do *continuum*, já que o esquema comum (algo como *união, pacto*) parece não estar tão distante quanto *entidade* (caso de *a*) nem tão próximo quanto *irmã dos pais* (caso de *e*).

5. De fato, trata-se de uma hipótese abraçada em diversos estudos cognitivistas. Ver, por exemplo, CROFT e CRUSE (2004), RIEMER (2005), SOARES DA SILVA (2006).

Além da progressiva aproximação conceitual entre as elaborações e o esquema, indicada pela distância vertical entre eles, a passagem da homonímia para a vagueza também se reflete no grau de saliência dos conceitos envolvidos. Quanto mais próximo se está da homonímia, mais salientes são as elaborações, e menos saliente os esquemas. Inversamente, conforme encaminhamos em direção à vagueza, os esquemas se tornam progressivamente mais proeminentes, ao contrário das elaborações. Essas mudanças ficam visualmente marcadas no esquema por meio das linhas ao redor de cada Box, que podem ser tracejadas (vagueza) ou cheias e, sendo cheias, podem aparecer mais ou menos espessas, atingindo a espessura máxima no extremo esquerdo da homonímia.

Assim, no caso de *manga*, as acepções *tipo de fruta* e *parte da camisa* são muito mais salientes do que o conceito remotamente relacionado *coisa*. No pólo oposto, a noção de *irmã dos pais* se destaca, com as variações mínimas *irmã do pai* e *irmã da mãe* ficando à sombra, com menor proeminência. Finalmente, em um caso prototípico de polissemia – indicado na figura 1 por *c* –, as elaborações exibem precisamente o mesmo grau de saliência do esquema (o que é, possivelmente, o caso de *aliança*).

Os exemplos dados acima, porém, são simplificadores em seu objetivo didático. Isso porque, tipicamente, uma mesma forma fonológica não exibe apenas duas acepções. É comum que inúmeros usos/sentidos se distribuam por diversos pontos do *continuum*, de maneira a compor uma ampla e intrincada rede esquemática. Tuggy (1993) ilustra essa situação por meio do verbo *paint*⁶:

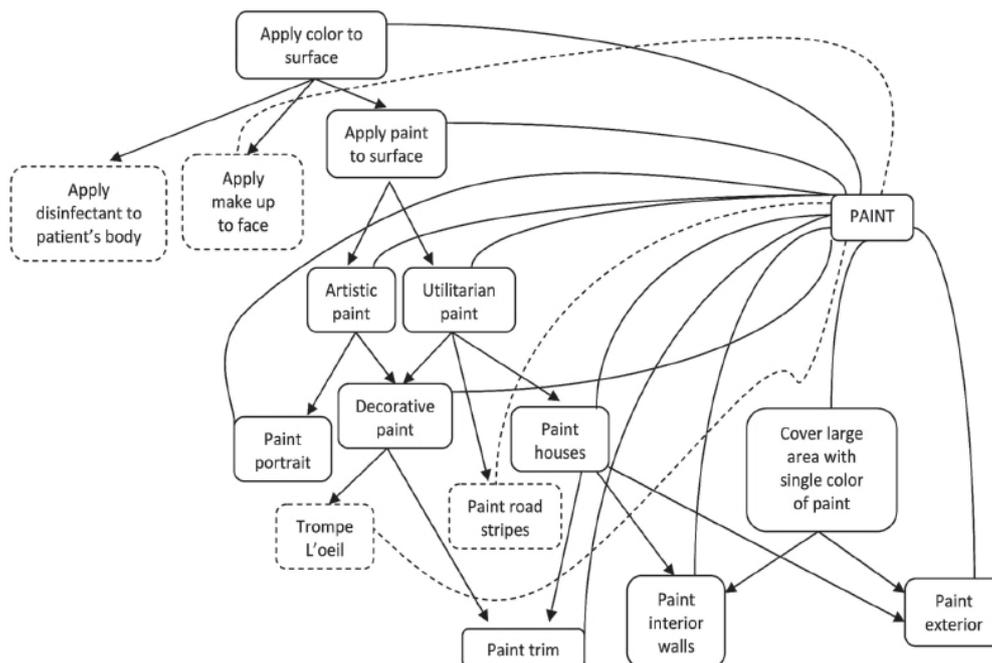


Figura 2: rede esquemática de *paint*, segundo Tuggy (1993)

6. Embora não seja uma reprodução idêntica do original, este esquema preserva todas as notações relevantes (distância relativa entre esquemas e elaborações, de um lado, e linhas tracejadas ou cheias, de outro). No original, o verbo “paint”, no alto do esquema à direita, está representado segundo as convenções de transcrição fonológica. Aqui, optamos por representá-lo por meio da sua forma ortográfica.

Ainda que represente um avanço significativo no tratamento da multiplicidade semântica, a abordagem de Tuggy parece padecer da mesma dificuldade identificada por Sandra e Rice (1995) nos estudos baseados nas redes radiais: como ter certeza de que as representações propostas correspondem de fato ao conhecimento do falante, em vez de traduzir tão-somente a introspecção do analista?

É por essa razão que Sandra e Rice (1995) defendem a urgência da aplicação de métodos empíricos na abordagem cognitivista em semântica lexical. Embora a abordagem preconizada pelas autoras não tenha até hoje se tornado dominante, a literatura já conta com algumas pesquisas que recorrem à metodologia psicolinguística no campo da semântica lexical cognitiva, desenvolvendo experimentos online (como FRISSON *et alii*, 1996) e offline (por exemplo, RICE, 1999) e investigando temas que vão desde a aquisição de L1 e L2 até a percepção e armazenamento de palavras por falantes adultos (um resumo pode ser visto em CUYCKENS; SANDRA; RICE, 1999).

Esta é, contudo, uma seara pouco explorada no que tange ao português brasileiro⁷. Na tentativa de ajudar a suprir essa lacuna, recorreremos neste trabalho a uma tarefa offline de julgamento de similaridade (a ser descrita com mais detalhes na seção 4). Assim, em vez de montarmos a rede esquemática do *ter* pleno com base em nossas próprias intuições, iremos estruturá-la em função dos resultados de um teste empírico.

3. O VERBO *TER* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Na tentativa de representar a polissemia de *ter* pleno por meio de uma rede radial, Pinheiro (2010) parte de um conjunto de onze sentidos/ usos, que serviu de base para as treze acepções consideradas neste estudo e sintetizadas no quadro abaixo⁸:

Dois argumentos	1. Ter locativo	Locação concreta Locação abstrata	Só tem um shopping na minha cidade. Tem uma falha na sua argumentação.
	2. Ter possessivo	Continência concreta Continência abstrata Propriedade Relação interpessoal Experiência Ter algo à disposição Ser presenciado Apoio, adesão	Minha cidade só tem um shopping. Sua argumentação tem uma falha. João tem dois carros. Ele tem duas irmãs. Tenho saudades da minha infância. Só tenho um ônibus para voltar para casa. O jogo teve um público acima do esperado. Ele tem um time em cada estado.
Três argumentos	3. Ter possessivo-locativo	Posse-locação concreta Posse-locação abstrata	Ele deve ter uns mil livros naquela biblioteca. Ele teve poucas oportunidades na vida.
	4. Ter qualificativo		Lula tem Samey como um aliado.

Quadro 1: Usos e sentidos do *ter* pleno no português brasileiro (PINHEIRO, 2010)

7. Mas ver Leitão de Almeida *et alii* (2010) e Ferreira (2010). Diferente deste estudo, que se vale de testes de reconhecimento lexical, esses trabalhos recorrem pioneiramente – na seara dos estudos cognitivistas do PB – a testes de interpretabilidade.

8. Essas acepções foram baseadas tanto em dicionários (especificamente, o *Dicionário Eletrônico Houaiss* e o *Dicionário gramatical de verbos no português contemporâneo*) quanto na lista de Langacker (1987, p. 171) para a categoria de Posse em inglês.

Essas diversas acepções são conectadas por meio de uma rede polissêmica que assume a seguinte configuração:

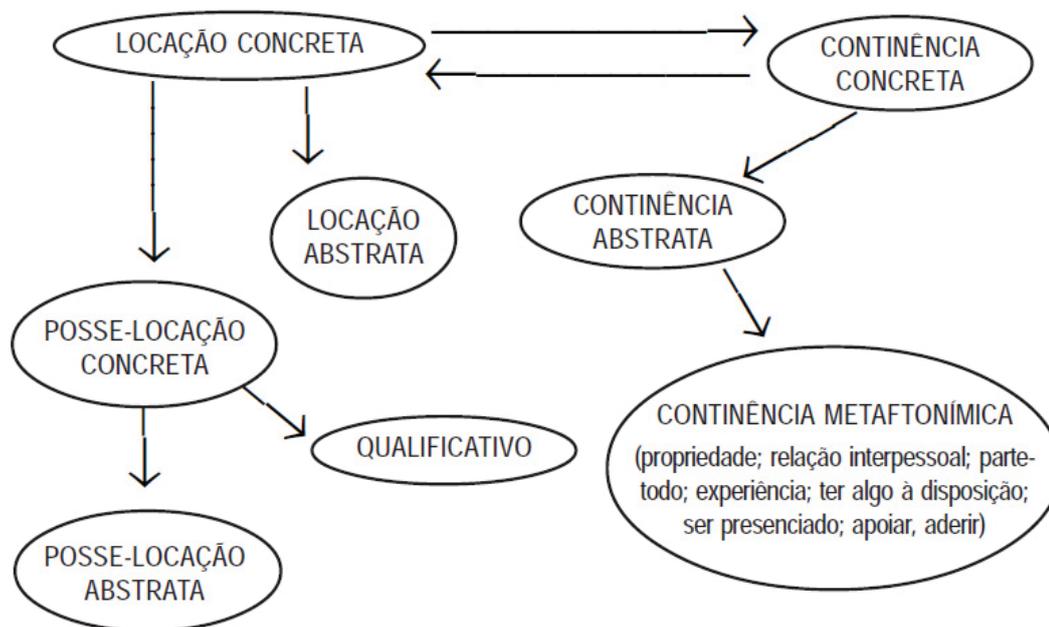


Figura 3: rede polissêmica do *ter* pleno no português brasileiro

Os sentidos *locação concreta* e *continência concreta* correspondem ao que Tyler e Evans (2001) chamam de *protocena*: um cenário gestáltico diretamente relacionado às nossas experiências sensório-motoras a partir do qual emanam as extensões da rede polissêmica. Na literatura cognitivista, esse cenário tem sido representado pelo esquema imagético do contêiner (JOHNSON, 1987):

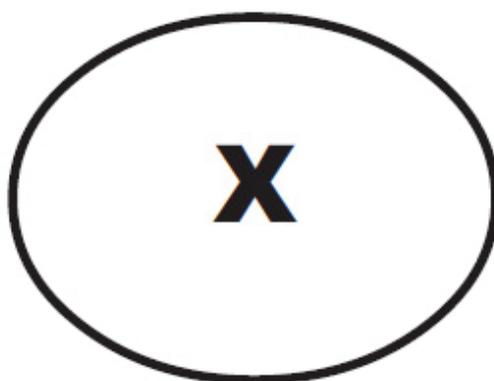


Figura 4: Esquema imagético do contêiner

Partindo dos exemplos do Quadro 1, percebe-se que, tanto na *locação concreta* quanto na *continência concreta*, “um shopping” corresponde ao “X” e “na minha cidade”, ao círculo. Por outro lado, a diferença entre esses dois sentidos pode ser atribuída a um realinhamento trajetora-marco (LANGACKER, 1987 e 1991). No caso do *ter locativo concreto*, o foco recai sobre o círculo do esquema, que recebe *status* de figura; no caso da *continência concreta*, o foco recai sobre X, e é ele que será então alçado à condição de figura.

A partir dessa protocena, as acepções expostas na rede polissêmica se relacionam por meio de quatro processos cognitivos: realinhamento trajetor/marco, metáfora, metonímia e mesclagem conceptual.

Tanto a *continência abstrata* quanto a *locação abstrata* resultam de uma metáfora ontológica. No exemplo do Quadro 1, a metáfora altera o estatuto ontológico de “argumentação”, que, de entidade abstrata, passa a ser concebida como um contêiner⁹. Note-se, assim, que os quatro primeiros exemplos do Quadro 1 remetem ao esquema do contêiner: dois deles – os sentidos concretos – aplicam-se ao esquema diretamente, ao passo que os outros dois ligam-se a ele via metáfora ontológica.

Cumprida essa etapa, o próximo passo é explicar a emergência dos demais usos recobertos pela noção de posse. Eis a proposta: por trás de todos esses usos, verifica-se uma projeção metonímica. O contraste abaixo deverá esclarecer esse ponto:

- (1) Minha vida tem cada história que ninguém acredita.
- (2) Eu tenho cada história que ninguém acredita.

Se (1) resulta de uma metáfora ontológica sobre o esquema do contêiner, (2) é motivado por uma projeção metonímica sobre o círculo do esquema já metaforizado. Por meio dessa metonímia, o espaço metafórico é substituído pela pessoa que, ocupando o centro desse espaço, define suas fronteiras e dimensões por meio do seu horizonte de observação (metafórico, sobretudo).

O mesmo vale para *propriedade*, *relação interpessoal*, *experiência*, *ter algo à disposição*, *ser presenciado* e *apoio/adesão*: o exemplo correspondente pode ser parafraseado segundo a fórmula “Y existe dentro do espaço (metafórico) instaurado pelos elementos que compõe o universo de existência de X”. Essa fórmula, portanto, corresponde a uma representação “metafonímica” (cf. GOOSENS, 2002) do esquema imagético e abriga os usos possessivos que não exprimem continência.

Por fim, os casos do *ter* trivalente envolvem uma operação de transformação de esquema imagético (LAKOFF, 1987) por adição. Neste caso, adiciona-se ao esquema imagético um contêiner menor, dentro do qual está diretamente incluído o elemento representado pelo X. Como a adição de um novo elemento conceptual corresponde, na sintaxe, à aparição de um novo argumento, o resultado é uma construção trivalente.

A adição, aqui, parece ser promovida por um processo de mesclagem conceptual, do qual participam como *inputs* os esquemas da *locação concreta* e da *continência “metafonímica”*. O primeiro prevê os papéis de contêiner e conteúdo, ao passo que o segundo prevê um possuidor – rótulo atribuído ao contêiner “metafonímico” – e conteúdo. Na mesclagem, os dois *conteúdos* se identificam. O resultado são três elementos conceptuais – possuidor, conteúdo e contêiner – cujas realizações sintáticas são importadas das construções originais: o possuidor é sujeito, o conteúdo se realiza como objeto e o contêiner se manifesta como oblíquo.

Por fim, no caso do *ter possessivo-locativo abstrato*, o que está em jogo, uma vez mais, é uma metáfora ontológica, que atribui estatuto de contêiner a uma entidade não-física, aqui representada pela palavra *vida*.

9. Outros exemplos com *ter* incluem “O filme tinha cenas emocionantes” ou “Minha admiração por ele tem motivo”. A metáfora, porém, não comparece apenas em sentenças com esse verbo – como fica evidente em “Os atacantes ainda não entraram no jogo”.

Em suma, a rede representada Figura 3, e proposta inicialmente em Pinheiro (2010), pretende contemplar todas as acepções do *ter* pleno no PB atual. O presente estudo, por seu turno, procura dar um passo além e distribuir essas acepções ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza.

4. COMO OS FALANTES PERCEBEM AS ACEPÇÕES DO VERBO *TER*?

Para avaliar a distância semântica entre os diversos sentidos/usos do *ter* pleno, aplicamos um teste de percepção a 83 falantes nativos do português brasileiro, todos com idade entre 18 e 20 anos. O teste consistia em 100 pares de sentenças nos quais uma determinada forma fonológica era necessariamente repetida. Destes, apenas 33 nos interessavam diretamente –aqueles em que o segmento repetido correspondia a alguma forma do verbo *ter*. Nessas sentenças, contemplamos as 13 acepções apresentadas no Quadro 1¹⁰. Os outros 67 pares foram acrescentados para fornecer um parâmetro de comparação e para servir como distratores. As sentenças de cada par foram formuladas de maneira a evitar palavras repetidas ou que guardassem relação de sinonímia ou hiperonímia/hiponímia.

Cada par de sentenças vinha acompanhado de uma escala de 0 a 4, na qual se deveria marcar o grau de proximidade semântica percebida entre as formas idênticas: o grau 0 correspondia a homonímia (nenhuma relação), ao passo que 4 correspondia a vagueza (as duas acepções são tão próximas que são tomadas como um único sentido, com pequenas variações contextuais). Os graus 1 a 3 são interpretados como diferentes níveis de polissemia.

Nosso teste se inspira em experimento semelhante realizado por Soares da Silva (2006, cap. 6). Tal experimento, contudo, foi desenvolvido com o objetivo de comprovar a realidade psicológica do fenômeno da polissemia. Neste artigo, diferentemente, recorreremos a essa ferramenta com o objetivo de proceder à descrição semântica de um verbo específico.

Antes da aplicação do teste, foram apresentados três pares de sentenças a título de treinamento:

- (3) a. O cordeiro indefeso passeava pelo campo.
b. Ele gosta muito de comer cordeiro no jantar.
- (4) a. Ela ficou admirando as folhas secas das árvores.
b. Você poderia me emprestar uma folha do seu caderno?
- (5) a. A manga da sua camisa está furada.
b. Gosto de comer a manga que eu mesmo pego na árvore.

Dos 83 testes, dois foram descartados por trazerem escalas marcadas duplamente, e dois foram descartados porque traziam uma escala em branco. A tabela abaixo mostra a pontuação média atribuída a cada par de acepções.

10. É preciso ficar claro, para efeitos do experimento, essas acepções são tomadas como nada mais do que pontos de partida, ou hipóteses de trabalho – vale dizer, um mapa preliminar capaz de nortear e elaboração do experimento. Afinal, se o objetivo do teste é, precisamente, descobrir de que maneira os sentidos/usos são percebidos pelo falante, seria impossível, ou incoerente, assumir a priori um inventário determinado de acepções. Como a continuação deste texto deverá deixar claro, nossos resultados mostraram que algumas dessas acepções parecem ocupar de fato um espaço privilegiado no léxico mental, ao passo que outras são preteridas em prol de sentidos mais gerais ou mais específicos.

ITEM	SENTIDOS / USOS	MÉDIA	CATEGORIA
1	Continência concreta / Locação concreta	2.4	Polissemia
2	Continência concreta/Continência abstrata	2.5	Polissemia
3	Continência concreta / Locação abstrata	2.2	Polissemia
4	Continência abstrata / Locação abstrata	2.4	Polissemia
5	Locação concreta / Locação abstrata	2.5	Polissemia
6	Continência concreta / Relação interpessoal	1.6	Polissemia/homonímia
7	Continência concreta / Ter algo à disposição	1.8	Polissemia/homonímia
8	Continência concreta / Propriedade	1.7	Polissemia/homonímia
9	Continência concreta / Apoiar, aderir	1.5	Polissemia/homonímia
10	Propriedade / Relação interpessoal	1.5	Polissemia/homonímia
11	Propriedade / Ter algo à disposição	1.5	Polissemia/homonímia
12	Propriedade / Experiência	1.3	Polissemia/homonímia
13	Propriedade / Apoiar, aderir	1.0	Polissemia/homonímia
14	Propriedade / Ser presenciado	1.0	Polissemia/homonímia
15	Ter algo à disposição / Apoiar, aderir	3.5	Polissemia/vagueza
16	Ter algo à disposição / Relação interpessoal	4	Vagueza
17	Ter algo à disposição / Ser presenciado	4	Vagueza
18	Ter algo à disposição para uso / Experiência	3.8	Vagueza/polissemia
19	Apoiar, aderir / Relação interpessoal	3.7	Vagueza/polissemia
20	Apoiar, aderir / Experiência	3.9	Vagueza/polissemia
21	Relação interpessoal / Ser presenciado	4	Vagueza
22	Relação interpessoal / Experiência	4	Vagueza
23	Apoiar, aderir / Posse-locação abstrata	3	Vagueza/polissemia
24	Relação interpessoal/Posse-locação abstrata	3.2	Vagueza/polissemia
25	Ter algo à disposição/Posse-locação abstrata	3.3	Vagueza/polissemia
26	Propriedade/Posse-locação concreta	3.8	Vagueza/polissemia
27	Posse-locação concreta/Posse-locação abstrata	1.8	Polissemia/homonímia
28	Propriedade / Posse-locação abstrata	1.3	Polissemia/homonímia
29	Continência concreta / Qualificativo	1	Polissemia/homonímia
30	Propriedade / Qualificativo	0.5	Polissemia/homonímia
31	Relação interpessoal / Qualificativo	1	Polissemia/homonímia
32	Possessivo-locativo concreto / Qualificativo	0.5	Homonímia
33	Possessivo-locativo abstrato / Qualificativo	1.5	Polissemia/homonímia

Tabela 1: resultados do experimento de percepção das acepções do *ter* pleno

Esses resultados mostram que as diversas acepções do *ter* pleno se distribuem ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza. Eis o panorama geral. Na parte de cima da Figura 3 – que abrange *continência concreta*, *continência abstrata*, *locação concreta* e *locação abstrata* –, estamos no domínio da polissemia (conforme 1 a 5 do Tabela 1). Abaixo e à direita, a maior parte dos usos irmanados sob o rótulo de *continência metonímica* aproxima-se da região da vagueza, conforme 15 a 26. A exceção fica por conta de *propriedade*, que se distancia dos usos ilustrados em 10 a 14. Finalmente, a acepção *qualificativa* tende a ser percebida como um uso homonímico em relação a diversos outros sentidos, com a média do grau de semelhança oscilando entre 0.5 e 1.5 (conforme 29 a 33).

A partir desses resultados, construímos a seguinte rede esquemática¹¹:

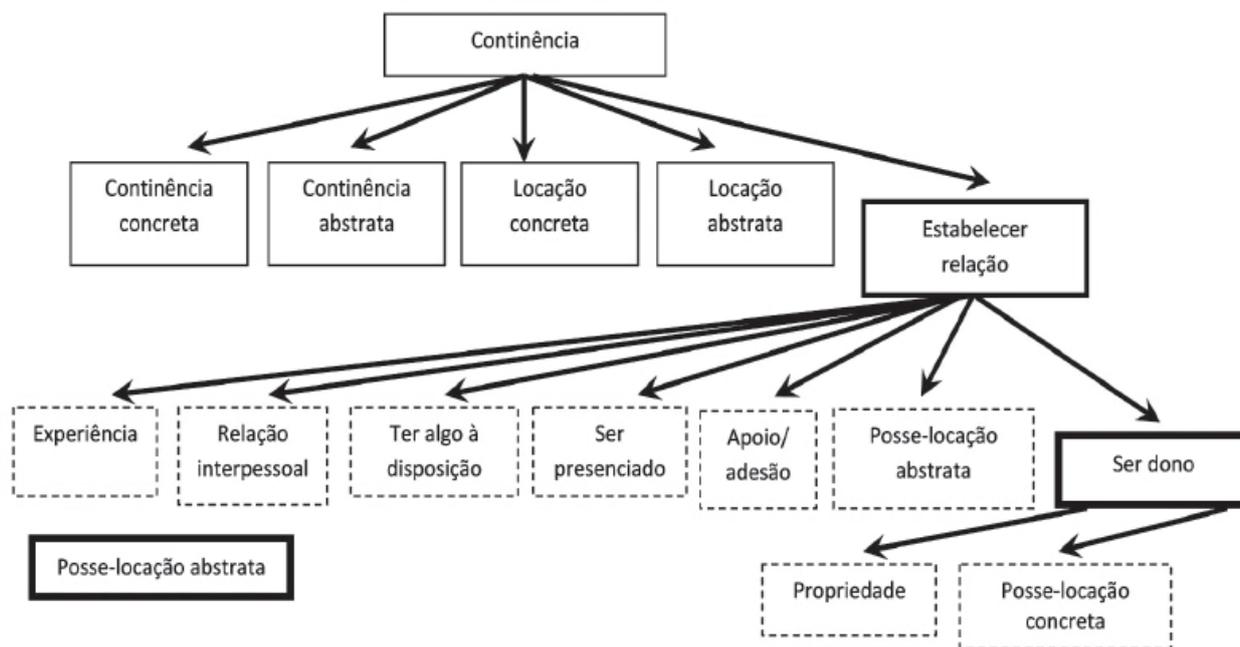


Figura 5: rede esquemática do *ter pleno* no PB

A linha mais forte indica o alto grau de saliência da acepção *julgar/considerar*. Esse sentido é percebido como muito distante da noção geral de *continência*, o que caracteriza, precisamente, a situação de (quase) homonímia refletida pelos índices 0.5, 1.0 e 1.5 nos itens 29 a 33 da Tabela 1.

Por outro lado, as linhas tracejadas mostram o baixo grau de saliência das acepções *experiência*, *relação interpessoal*, *ter algo à disposição*, *aderir/apoiar* e *manter, guardar abstratamente* em relação ao conceito mais geral glosado como *estabelecer relação*, o que caracteriza a (quase) vagueza revelada pelos itens 15 a 25.

Note-se também que a acepção *ser proprietário* se destaca desse grupo: embora fosse possível, em tese, incluí-la sob o rótulo genérico *estabelecer relação*, o falante, na prática, atribui a ela um nível especial de proeminência. A linha mais forte entre *estabelecer relação* e *ser proprietário* sinaliza a tendência à homonímia entre esses dois conceitos, conforme revelado pelos índices dos itens 10 a 14.

Por outro lado, a idéia geral glosada como *ser proprietário* parece mais saliente que suas elaborações – aquela expressa pelo verbo *possuir* (que não pressupõe qualquer informação acerca do armazenamento da coisa possuída) e o uso *possessivo-locativo concreto*, que parece acrescentar a idéia de armazenamento à noção de propriedade, aproximando-se do sentido de verbos como *manter, guardar*. Caracteriza-se, assim, uma tendência à vagueza, revelada pelo índice 3.8 em 26.

Nos demais casos, em que não há linhas fortes nem tracejadas, verificam-se diferentes graus de polissemia (conforme os índices dos itens 1 a 5). As acepções *continência concreta*, *continência abstrata*, *locação concreta* e *locação abstrata* são percebidas como distintas, mas ainda suficientemente próximas para que o esquema geral – apreendido como *continência* – possa ser reconhecido (o que aponta para um nível intermediário de saliência).

11. Por uma questão de clareza visual, excluímos da representação tanto a forma fonológica a que se refere a rede (no caso, /teR/) quanto as linhas curvas que mostram a ligação entre essa forma e cada um dos sentidos/ usos representados.

Dentre as acepções ligadas diretamente a *continência*, destoa bastante aquela glosada como *estabelecer relação*. Os índices de 6 a 9 mostram que os usos ligados a ela situam-se, em relação a *continência concreta*, entre a polissemia e a homonímia. Essa tendência é sinalizada pela linha mais forte no box correspondente e pela posição relativa de *continência* no diagrama.

5. COMO EXPLICAR A DISTÂNCIA SEMÂNTICA ENTRE OS USOS OU SENTIDOS DE TER?

Se as diversas acepções do *ter* pleno distribuem-se ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza, cabe indagar que fatores atuam para aumentar ou diminuir a distância semântica percebida. Cinco fatores nos pareceram relevantes:

- (1) o número de processos cognitivos necessários para conectar dois significados: quanto mais processos forem necessários para encadear dois sentidos, maior a tendência de afastamento entre eles;
- (2) a natureza dos processos cognitivos necessários para conectar dois significados: processos que alteram a configuração semântica (topologia) do cenário inicial tendem a produzir uma sensação de maior afastamento semântico;
- (3) a regularidade ou produtividade dos processos: quanto mais produtivo o processo, menor a sensação de afastamento gerada (como já observado por SOARES DA SILVA, cap. 6);
- (4) a estrutura argumental da construção em que a palavra se insere: quanto mais dessemelhantes as construções, maior o afastamento semântico percebido;
- (5) o grau de proeminência cultural de cada conceito: quanto mais proeminente é o conceito, mais afastado ele se coloca em relação aos demais usos.

Nos itens 1, 2 e 4 da Tabela 1, as acepções de cada par são separadas por apenas um processo – realinhamento em 1 e 4, metáfora em 2. Nesses casos, o índice se mantém entre 2.4 e 2.5. Já em 3, dois processos (realinhamento e metáfora) separam as acepções, o que provavelmente explica o aumento da distância semântica percebida.

Analogamente, quando se compara a *continência concreta* com os usos da *continência metaforônica*, nota-se um grau significativo de afastamento (como mostram os itens 6 a 9), que parece motivado pela existência de dois processos cognitivos: metáfora e metonímia (conforme a Figura 3).

A mesma lógica se aplica aos itens 15 a 25. Nesses casos, os pares não foram separados por *nenhum* processo cognitivo. O resultado é uma pontuação média bastante elevada (entre 3.2 e 4), caracterizando uma nítida tendência à vagueza.

Além do número de processos conectando duas acepções, sua natureza também se mostra relevante. A metonímia parece produzir um afastamento semântico mais acentuado que a metáfora e o realinhamento. Tanto em 3 quanto em 6 a 9, há dois processos envolvidos. Contudo, no primeiro caso, em que estão presentes realinhamento e metáfora, a pontuação média foi 2.2, ao passo, que, no segundo, com metáfora e metonímia, a média oscilou entre 1.5 e 1.8. Atribuímos essa diferença ao fato de que apenas metonímia altera a topologia do cenário experiencial que sustenta a rede. Se o realinhamento e a metáfora preservam um locativo (como sujeito) e um objeto locado (como objeto direto), a substituição metonímica destrói essa configuração temática, contribuindo, presumivelmente, para aumentar a sensação de afastamento semântico.

Os itens 10 a 14 revelam uma situação instigante, uma vez que o grau de semelhança semântica percebida é bastante baixo a despeito da ausência de quaisquer processos conectando as acepções. É possível que esse fenômeno reflita a proeminência alcançada pela noção de *propriedade*, sentida pelos falantes como o significado “real” ou “verdadeiro” de *ter*. Nesse sentido, pode-se hipotetizar que *propriedade* atua como o protótipo da categoria formada pelo conjunto de usos de *ter* – como já intuira Langacker (1991, p. 171) em relação à categoria de Posse. Destacando-se como protótipo, a noção de propriedade configura-se como uma acepção especialmente saliente e bem delimitada, a qual, constituindo-se como ponto de referência dentro da categoria, coloca-se em oposição aos demais usos – portanto, afastando-se deles.

Tudo indica, em suma, que o falante identifica dois blocos dentro do grupo da *continência metaftonímica* (cf. Fig. 3): de um lado, *propriedade*; de outro, os demais usos, que se colocam em oposição à ideia de propriedade. Esses outros usos são percebidos como semanticamente próximos ou mesmo idênticos entre si (veja-se a pontuação média entre 3.5 e 4.0), ao mesmo tempo em que todos eles, em conjunto, estão significativamente afastados da noção de propriedade (com pontuação entre 1.0 ou 1.5).

Outro indicador da prototipicidade de *propriedade* aparece em 26 a 28. Nota-se que a *posse-locação concreta* foi julgada mais próxima de *propriedade* do que da sua contraparte metafórica direta – a *posse-locação abstrata*. Por ser prototípica, a noção de *propriedade* é aquela com a qual as outras acepções são comparadas e em relação à qual elas são avaliadas. Como a *posse-locação concreta*, diferente da *posse-locação abstrata*, pressupõe a *propriedade*, o fenômeno se repete, com o surgimento de dois grupos claramente delimitados. De um lado, posicionam-se as acepções *propriedade* e *possessivo-locativo concreto*, com grau de proximidade semântica bastante elevado (média de 3.8); de outro lado, fica o uso *possessivo-locativo abstrato*, significativamente afastado dos outros dois (pontuação média de 1.8 e 1.3).

Por fim, a acepção *qualificativa* é a que mais se afasta dos demais usos de *ter*, de modo que os pares 29 a 33 são os que mais se aproximam do extremo esquerdo do *continuum*. Isso não pode ser atribuído apenas ao número e à natureza dos processos envolvidos, já que tanto a acepção *qualificativa* quanto a *posse-locação abstrata* resultam igualmente de quatro passos encadeados (Fig. 3).

Há, contudo, uma diferença: o uso *possessivo-locativo abstrato* resulta de uma metáfora ontológica (LAKOFF; JOHNSON, 1980), processo extremamente regular e produtivo, enquanto o uso qualificativo resulta de uma metáfora menos generalizada: Estados são Lugares (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Como já mostrou Soares da Silva (2006), processos produtivos produzem a percepção de aproximação semântica¹². Além disso, deve-se considerar que, entre a *posse-locação concreta* e a *abstrata*, a metáfora não produz uma nova construção gramatical, ao contrário do que ocorre no caso do uso qualificativo (evidência disso é a substituição da preposição “em”, no sintagma locativo, por “como”). A semântica da nova construção parece também influenciar na percepção do significado de *ter*, contribuindo para o maior afastamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, neste trabalho, dar conta da multiplicidade semântica do verbo *ter* pleno do português brasileiro por meio do modelo de Tuggy (1993; 2003). A partir do resultado de um teste empírico, construímos uma rede esquemática representando os sentidos/ usos de *ter* ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza. Em seguida, apontamos cinco fatores que teriam levado os sujeitos do experimento à percepção de maior ou menos distanciamento semântico entre as acepções apresentadas.

Para além de abordar a multiplicidade semântica do *ter* pleno, procuramos ainda advogar em favor de uma semântica lexical cognitiva efetivamente comprometida em sondar o conhecimento do falante, e não a introspecção do analista. Essa posição, que demanda o emprego de métodos empíricos, está em consonância com o que tem sido defendido, e praticado, por pesquisadores como Dominiek Sandra, Sally Rice e Hubert Cuyckens, dentre outros. Espera-se, assim, que este estudo de caso colabore no sentido de abrir mais uma trilha para que se explore o léxico do português brasileiro.

HOMONYMY, POLYSEMY, VAGUENESS: A CASE STUDY IN COGNITIVE LEXICAL SEMANTICS

ABSTRACT: This paper discusses the results of an empirical investigation within cognitive lexical semantics. The investigation sought to examine the perception that 79 Brazilian Portuguese native speakers have of full verb *ter* semantics. The results of this study allowed the creation of an empirically based *schematic network* organizing the meanings/uses of the full verb *ter*. Based on this network, we were able to determine five factors that lead speakers to the perception of either semantic proximity or semantic distance between two senses associated with the same phonological form.

KEYWORDS: homonymy, polysemy, vagueness, schematic network.

12. É o caso, por exemplo, do adjetivo “triste” em usos como “menino triste” e “livro triste”. Soares da Silva (2006, cap. 6) mostrou que os falantes tendem a interpretar como vagueza situações como esta.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, J. O. The comitative-copular basis of possessive-existential construction in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (org.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.
- CROFT, W. Linguistic evidence and mental representations. *Cognitive linguistics* 9(2): 151-173, 1998.
- CROFT, W.; CRUSE, A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.
- CUYCKENS, H.; ZAWADA, B. *Polysemy in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- FERREIRA, R. G. *A hipótese da corporificação da língua: o caso de cabeça*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. C. Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER e HAVER. In: *DELTA*. São Paulo, v. 14, p. 105-144, 1998.
- FREEZE, R. Existentials and other locatives. *Language*, 68, 1992.
- GEERAERTS, D. *Theories of lexical semantics*. Oxford: University Press, 2010
- GREENBERG, J. *Universals of human language*: vol. 4. Stanford: University Press, 1978.
- GRIES, S. Corpus-based methods and cognitive semantics: the many senses of *to run*. In: BISANG, W.; HOCK, H. H.; WINTER, W. *Corpora in cognitive linguistics: corpus-based approach to syntax and lexis*. Berlin New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- HEINE, B. *Possession: Cognitive Sources, Forces and Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1997.
- JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University Press, 1987
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University Press, 1980.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Vol 1. Stanford: University Press, 1987.
- _____. *Foundations of cognitive grammar: descriptive application*. Vol 2. Stanford: University Press, 1991.

_____. Possession, location, and existence. In: SILVA, A. S.; TORRES, A.;

LEITÃO DE ALMEIDA, M. L. *et alii* (org.) A hipótese de corporificação da categorização e do léxico. In: LEITÃO DE ALMEIDA, Maria Lúcia *et alii* (org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

GONÇALVES, M. (eds.). *Linguagem, cultura e cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, vol I, 85-120, 2004.

GOOSENS, L. Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: DIRVEN, R.; PÔRINGS, R. (eds.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 349-377, 2002.

PINHEIRO, D. Indeterminação ou polissemia? A rede semântica do verbo *ter* no português brasileiro. In: LEITÃO DE ALMEIDA, M. L. *et alii* (org.). *Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

RIEMER, N. *The semantics of polysemy: reading meaning in English and Warlpiri*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005.

ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MOORE, T. (ed.). *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, 1973.

SANDRA, D.; RICE, S. Network analyses of prepositional meaning: mirroring whose mind – the linguist's or the language user's? *Cognitive Linguistics*, 6 (1): 89–130, 1995.

SOARES DA SILVA, A.. *O mundo dos sentidos em português*. Coimbra: Almedina, 2006.

TAYLOR, J. Polysemy and the lexicon. In: KRISTIANSEN, G.; ACHARD, M.; DIRVEN, R.; IBÁÑEZ, F. J. R. de M. (eds.). *Cognitive Linguistics: current applications and future perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

TUGGY, D. Ambiguity, polysemy and vagueness. *Cognitive Linguistics* 4(3): 273-290, 1993.

_____. The Nawatl verb *kisa*: A case study in polysemy. In: CUYCKENS, H.; DIRVEN, R.; TAYLOR, J. (eds.). *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2003.

TYLER, A.; EVANS, V. Reconsidering prepositional polysemy networks: The case of *over*. *Language*, 77(4), 724-765, 2001.

VIOTTI, E. C. A composicionalidade nas sentenças com o verbo *ter*. In: MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V., FOLTRAN, M. J (org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.

WITTGENSTEIN, L. *Gramática Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2003.